



**JORGE HENRIQUES**  
PRESIDENTE DA FIPA

**“Não nos passa  
pela cabeça que  
se volte a falar  
da taxa do sal”**

Líder da indústria agro-alimentar  
reclama descida de 25%  
no preço da energia.

**EMPRESAS 16 a 19**





JORGE HENRIQUES PRESIDENTE DA FIPA

# “Nem nos passa pela cabeça” que se volte a falar da taxa do sal

A indústria agro-alimentar compromete-se a reduzir açúcar, sal e gorduras em três anos. Em alguns casos obrigará a mudanças profundas. A indústria espera, assim, que o Governo não volte à carga com os impostos sobre esses produtos.

ALEXANDRA MACHADO

amachado@negocios.pt

PEDRO CURVELO

pedrocurvelo@negocios.pt

**J**orge Henriques foi reconduzido como presidente da Fipa – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares. Há 15 anos à frente da Federação, aí permanecerá até 2020. Tem um caderno de encargos extenso para o novo mandato. Mas no imediato pede que se actue ao nível dos impostos, que diz pesarem muito na indústria.

**Qual é a vossa reivindicação prioritária?**

A fiscalidade é prioritária.

**A descida do IRC?**

Nós acompanhamos a posição da CIP sempre em defesa da descida do IRC.

**Não vai acontecer na legislatura...**

Por não acontecer não temos de deixar de a invocar como absolutamente imperativa para que os sectores e a economia possam funcionar. Depois, somos absolutamente contra a criação de impostos discriminatórios em matéria dos perfis nutricionais – seja açúcar, sal ou gorduras trans. O que temos vindo a dizer, e colocámos sobre a mesa há mais de seis anos – com o anterior governo e agora com este –, é mostrar a nossa disponibilidade para um processo de auto-regulação para reformulação dos produtos, com metas...

**Há um grupo de trabalho junto do Ministério da Saúde...**

Há. Nós estamos a trabalhar com o Ministério da Saúde na criação de um protocolo, que está ultimado, e depois de protocolos dos diferentes sectores associados ao principal.

**Com o objectivo da redução de açúcar, sal?**

Com o objectivo de redução a três anos.

**Esses objectivos já estão fixados?**

Esses objectivos estão neste momento num trabalho muito aprofundado, e sairá luz ao fundo do túnel pensamos que brevemente.

**São objectivos muito drásticos?**

São objectivos extremamente complicados.

**Que obrigam à reformulação nos ingredientes de determinados produtos?**

Que obrigam a alterações profundas a nível industrial.

**Só aplicadas a Portugal? Uma multinacional, por exemplo, terá de fazer produtos especificamente para Portugal?**

Sim. As empresas terão de se adaptar àquilo que for o acordo feito em Portugal.

**E se não se adaptarem? Não há contra-ordenações nem penalizações... é um protocolo.**

É por isso que eu digo que a indústria agro-alimentar é o parceiro mais confiável. Porque aquilo que nós dizemos cumprimos. E aquilo que nos propomos fazer, vamos cumprir. Agora temos de o fazer com razoabilidade, nós não podemos querer ser mais inteligentes e mais avançados do que Espanha. E Espanha andou cinco anos a negociar com o Governo uma

**“São objectivos [de redução] extremamente complicados. (...) Que obrigam a alterações profundas a nível industrial.”**

**“Não sei se [o Governo] vai reverter a taxa do açúcar, mas naturalmente terá de reformular. Este imposto não está bem construído.”**

reformulação, e muito mais ligeira do que aquela que nos estão a propor e que nós nos estamos a incluir. Claro que vai impor uma alteração completa em muitas áreas. Mas isto tem de ser acompanhado com algumas clarificações, mesmo até do que são os consumos per capita em Portugal.

**A assinatura desse protocolo implica que o Governo se auto-limite nas taxas, como a do sal?**

Esperamos bem que sim.

**Vai reverter a taxa do açúcar?**

Não sei se vai reverter a taxa do açúcar, mas naturalmente terá de reformular. Este imposto não está bem construído. Está feito sobre produtos com açúcar e produtos sem açúcar. E, portanto, não é honesto e razoável, e terá de ser reformulado.

**O protocolo é assinado pela federação e pelas associações ou pelas próprias empresas?**

Será assinado pelos próprios sectores. Pela Federação, enquanto dinamizadora. E pelos sectores, que

podem ser representados pelas associações ou por grupos de empresas.

**Mas não têm a garantia de que a taxa do sal não avança, apesar do protocolo?**

Nem sequer nos passa pela cabeça que tal coisa volte a ser pensada. Ela não foi implementada porque Portugal tem uma coisa boa: consegue produzir as piores soluções, mas a seguir tem o bom senso de as corrigir. E, portanto, isso foi corrigido em sede parlamentar. E, por isso, não foi acolhido pela maioria dos partidos.

**Estava à espera de que o vosso maior aliado fosse o PCP?**

Nós estávamos à espera que o nosso maior aliado fosse o bom senso, que o bom senso prevalecesse, porque a medida não resolve nenhum problema dos que se pretendem resolver, que é a saúde dos portugueses. E é nisto que temos de ser claros para o futuro, temos de ser mais óbvios. A indústria agro-alimentar não é a única a produzir alimentos, os consumidores em casa produzem os seus ali-



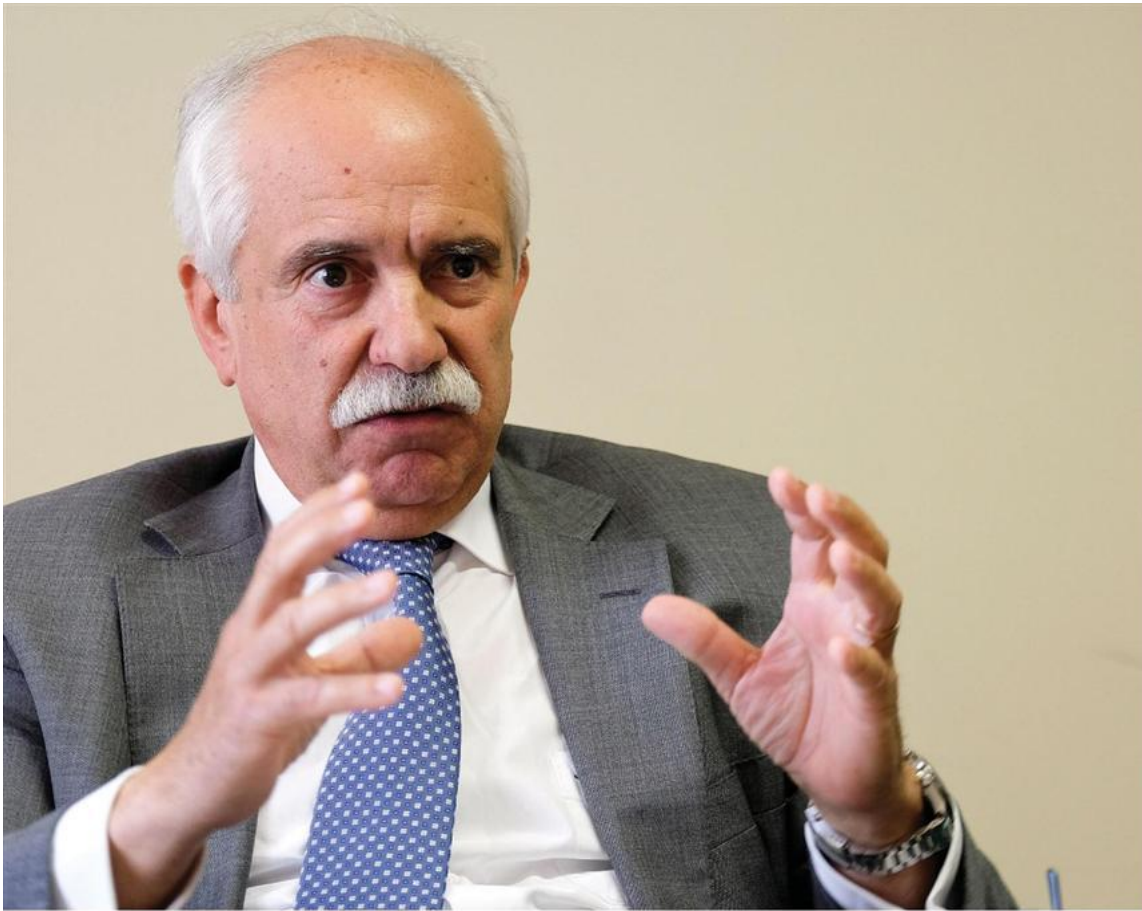
mentos com as mesmas matérias-primas com que nós trabalhamos.

**Os ingredientes não iriam ser taxados?**

O objectivo era só taxar produtos industriais, porque é o mais fácil e o mais óbvio. Eventualmente alguns pensam que é a grande indústria que é a produtora destas coisas e portanto é ela que tem de ser penalizada. É claro que o consumidor é que seria penalizado. Nós estamos empenhados nesta reformulação, que tem vindo a ser feita. A reformulação não vai começar agora. Já começou há uma década em muitos produtos. Praticamente hoje não existem na indústria alimentar produtos com evidências de trans. A indústria tem sido o alvo, mas a indústria assume a sua quota-parte na responsabilidade relativamente a estas alterações, e vai fazê-lo e vai mostrar. Por isso, estas alterações vão ser auditadas por uma autoridade independente.

**Qual?**

Está a ser estudado. ■



## “No código laboral não valia a pena mexer”

A Fipa deixa o assunto do salário mínimo para a CIP. Sobre as alterações ao código laboral diz que não eram necessárias e teme pelas mudanças no banco de horas individual.

### É possível aumentar salários? O salário mínimo de 600 euros...

Não queria entrar pela questão do salário mínimo. O salário mínimo tem vindo a ser discutido, tem sido gerador de uma grande polémica, que acho que não deve ser o centro das nossas atenções. O centro tem de ser outras matérias. Um sector como este que tem muitas das suas unidades instaladas nas zonas rurais, a questão do banco de horas,

é absolutamente crucial. O banco de horas não é apenas uma necessidade do empregador, é uma necessidade do empregado.

### O banco de horas grupal não vai resolver?

Resolve em relação a equipas de trabalho, mas o que se pretende pôr em causa é algo que começou quase por ser um interesse do lado dos empregados, mais do que dos empregadores. Quando quem não conhece esta realidade se intromete nesta situação e quer fazê-la reverter... Dentro daquilo que considerávamos que não devia ser tocado foi a melhor solução, o banco de horas grupal, ago-

ra esperamos que em termos parlamentares nada disto seja desvirtuado, porque o que nós queríamos não é o que foi negociado.

### Teme que possa acontecer?

Esperemos que não. Espero que o bom senso prevaleça acima dos interesses ideológicos. Foram tocar em sítios, contra aquilo que tínhamos vindo a defender, e que são interesses conjuntos dos empregadores e dos empregados. Da mesma forma que os contratos a termo. Mais de 80% dos contratos já não eram a termo, o que significa que cada vez se está a empregar menos a prazo para substituir por outros.

### Se já não acontecia, não há problema com as alterações.

Mas estamos a perder tempo. Há outras coisas em que nos temos de focar para a competitividade.

### No código laboral?

No código laboral não valia a pena mexer.

### Como indústria, a vossa principal preocupação nestas alterações qual é?

É o banco de horas.

### Está quantificado esse impacto?

Ainda temos de perceber o que vai sair da legislação final. ■

## Preço da energia precisava de baixar 25%

Os custos da energia são, no entender da Fipa, um entrave à competitividade das empresas.

### Vão fazer propostas concretas junto do Governo sobre energia, nomeadamente reivindicando tarifas especiais para o sector?

O que temos vindo a reivindicar é uma clara transparência, e a opacidade que existe nesta matéria não é de todo boa. Aliás, já há uma comissão no Parlamento relativamente a estas matérias, por alguma razão é. Não é fácil exigirmos que para nós a energia seja mais baixa. Mas é evidente que, em muitos sectores de actividade que têm grandes empresas instaladas em Portugal, se entende que o custo energético é dos piores problemas que têm pela frente. Nós temos vindo a fazer sentir que não é possível continuar um caminho de crescimento sem resolvermos o problema da energia e tudo o que está associado.

### Quanto é que precisava de baixar a energia para a indústria?

25%.

### Mesmo havendo concorrência na parte industrial...

Não sei se há concorrência.

### Não nota que haja concorrência no mercado? Não está a funcionar?

Não está a funcionar efectivamente. Não é como nas comunicações, por exemplo, em que a concorrência é efectiva, e às vezes é até maçadora. Do lado da energia é muito "soft". Não sentimos que essa situação esteja resolvida e é efectivamente um problema. Não é o maior problema, mas é um problema que afecta as questões da competitividade. É evidente que as questões da fiscalidade são também verdadeiramente difíceis para uma indústria como a nossa. ■

**JORGE HENRIQUES PRESIDENTE DA FIPA**

# Indústria agro-alimentar quer ser exportadora líquida em 2020

**A Fipa traçou como meta para 2020 que a indústria transformadora agro-alimentar e de bebidas se torne exportadora líquida. Jorge Henriques reconhece dificuldades mas confia que isso será alcançado.**

**PEDRO CURVELO**

pedrocurvelo@negocios.pt

**ALEXANDRA MACHADO**

amachado@negocios.pt

O presidente da Federação das Indústrias Portuguesas Agro-alimentares (Fipa) confia que o objectivo de tornar a indústria transformadora agro-alimentar e de bebidas exportadora líquida em 2020 é alcançável. Mesmo confrontado com um défice comercial no sector acima dos dois mil milhões de euros em 2017, Jorge Henriques defende que a meta traçada já há uns anos - em finais de 2014 - é "um objectivo claro".

"Até ao fim de Maio as exportações cresceram cerca de 6,3% e estou a falar apenas da indústria agro-alimentar e das bebidas, não estou a falar do sector agro-alimentar, e nós contamos que este seja o ano em que vamos ultrapassar os 5 mil milhões de euros de exportação na indústria agro-alimentar e das bebidas", sublinha. As importações têm crescido a praticamente o mesmo ritmo. "Se não conseguimos matérias-primas no mercado interno" temos de importar mais, refere, mas destaca que "tem havido muita substituição de importações".

"Nós cremos, com esta confiança nos produtos nacionais e com este novo paradigma que existe na agricultura, que vamos equilibrar a nossa balança, aliás queremos ser, em 2020, exportadores líquidos. Este é um objectivo claro", reforça.

O presidente da federação defende também uma melhor organização no que toca à promoção externa de Portugal, criticando o elevado número de entidades envolvidas. "Vamos trabalhar para que a proliferação de organizações que promovem as exportações da indús-



Miguel Baltazar

tria do sector agro-alimentar e das bebidas se concentre cada vez mais numa única organização, neste caso a Portugal Foods", afirma.

"Nós somos um país pequeno, não podemos ser um país de muitos pequeninos quintais. Isso no passado não nos levou a lado nenhum e hoje temos que aproveitar esta onda: O facto de Portugal e o agro-alimentar - eu não gosto da palavra está na moda, porque é uma coisa passageira - estar a ser reconhecido pela qualidade dos seus produtos", enfatiza.

Nas exportações, refere, "tem havido ganhos de valor, mas também em quantidade em alguns ca-

sos. Mas sobretudo associados à qualidade dos produtos, do 'packaging', do design. E de segurança alimentar. Estou convicto que esta legião de consumidores que temos vindo a receber, que são os turistas, ficam ligados a produtos nossos".

#### Constrangimentos e riscos

Jorge Henriques não esconde que existem factores de preocupação ao nível da conjuntura internacional. O fantasma de uma guerra comercial, o Brexit e a renegociação da Política Agrícola Comum (PAC) são tudo factores que podem ter um impacto considerável no sector.

"A questão do protecçãoismo

preocupa-nos", reconhece o responsável. Quer a ameaça dos EUA de impor tarifas às importações quer a questão do Brexit tem vindo

a ser acompanhadas de perto no seio da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), explica.

"Se, por um lado, nós temos de

**"Queremos ser, em 2020, exportadores líquidos. Este é um objectivo claro."**

**"Não é no mercado interno que vamos sobreviver nos próximos anos."**



## PERFIL

### A liderar a Fipa há 15 anos

Tem 65 anos, 15 deles passou-os a liderar a Federação da Indústria Agro-Alimentar. Iniciou, agora, novo mandato, que o manterá ao leme da Fipa até 2020. Acredita que ainda não está no limite da idade para se manter neste posto, mas vai admitindo que os mandatos devem ser limitados. Para Jorge Henriques há, ainda, um outro limite: "É quando as pessoas se sentem cansadas". Não é o seu caso. Além de liderar a Fipa é dirigente da CIP. Nascido em Castanheira de Pêra, passou por várias multinacionais. A primeira, a John Deere, permitiu-lhe conhecer o mundo agrícola; depois o percurso transferiu-se para a indústria alimentar, com passagem por várias empresas, entre as quais a Nestlé. Daí assumiu a direcção-geral da Mineraqua, que detém a Água Castello.

continuar a crescer a nível interno, o mercado doméstico, não obstante este aumento com o turismo, tem uma escala pequena. Temos de procurar fora o crescimento sustentável para esta indústria. Não é no mercado interno que vamos sobreviver nos próximos anos, tem de ser no mercado interno mais as exportações", sentenciou.

Ainda assim, Jorge Henriques acredita que Portugal terá capacidade para aproveitar algumas das "consequências da saída do Reino Unido da União Europeia (UE)". O presidente da Fipa recorda ainda que muitas empresas tiveram

de "procurar novas geografias" por causa da crise em Angola, que era um mercado muito importante para o sector. A China, os EUA e alguns mercados emergentes começam a ganhar peso para muitas empresas desta indústria, frisa. Outro aspecto positivo desta diversificação também se registou dentro da própria Europa, assinala, com a "transferência de volumes que eram dirigidos a Espanha e que agora estão a ter outros destinos dentro da UE".

#### Reforço da competitividade

A Fipa define como prioridade o reforço da competitividade do sector. Nesse sentido, Jorge Henriques aponta o dedo a factores internos que, argumenta, afectam a competitividade da indústria portuguesa: as questões fiscais, os custos de energia, a regulamentação excessiva e a falta de infra-estruturas, em particular na rede ferroviária.

A fiscalidade é, aliás, uma prioridade. A redução do IRC, tal como a CIP tem vindo a defender, mas também os impostos especiais. "Os impostos sobre as bebidas e cervejas, são absolutamente destrutivos deste sector", diz.

Os elevados custos da energia e a falta de investimento em infra-estruturas, em particular na ferrovia, são outros dois factores que enfraquecem a capacidade da indústria nacional competir no mercado global. Acresce ainda uma regulamentação excessiva. "Nós quando competimos numa economia global estamos a competir com economias que são muito mais flexíveis em algumas matérias", defende.

Apesar de todos estes obstáculos, Jorge Henriques reitera que a meta de tornar a indústria exportadora líquida é possível em 2020. ■

## "Há um caminho de maior diálogo" com a distribuição

Jorge Henriques garante que há mais diálogo na relação da produção com a distribuição.

#### Há necessidade de rever o diploma das PIRC (Práticas Individuais Restritivas do Comércio)?

Há uma proposta de revisão muito sumária. As PIRC precisavam de ser adaptadas à nova realidade, elas permitiram alguma clarificação relativamente a algumas matérias e, por outro lado, foi uma legislação em certo sentido inédita porque ela própria contemplava em si a possibilidade de haver um código de auto-regulação. Esse código depois de muito tempo de discussão, aprofundamento, conseguiu finalmente ser assinado.

#### Com resultados práticos?

O código ainda não. A legislação acho que permitiu uma

maior transparência na cadeia de abastecimento agro-alimentar, porque é entre agentes económicos, entre produtores e distribuidores e entre produção agrícola e produtores industriais. É uma legislação que abrange este leque. Os ajustamentos que vão ser feitos à legislação foram aqueles que foram sentidos como necessários pelo Governo e às quais os intervenientes deram resposta.

#### Há uns anos a queixa da indústria era que a relação era desequilibrada. Está mais equilibrada?

Há uma tentativa de cada vez maior equilíbrio. Há um caminho de cada vez maior diálogo, que no passado não existia. A conjugação da legislação com o código de auto-regulação vai permitir uma maior transparência na cadeia de abastecimento. ■

"A conjugação da legislação com o código de auto-regulação vai permitir maior transparência."

"[PIRC] foi uma legislação em certo sentido inédita."

## REIVINDICAÇÕES

### O que exige a Fipa até 2020?

Descida de impostos, redução de custos na energia, investimentos na ferrovia e uma regulamentação mais leve são alguns dos pontos.

#### 1 IMPOSTOS

A descida da taxa do IRC e a extinção ou reformulação nos impostos especiais sobre bebidas e cervejas, bem como as taxas sobre o açúcar e sal são um dos "cavalos de batalha" da direcção da Fipa para o mandato que termina em 2020.

#### 2 CUSTOS DA ENERGIA

A Federação insiste que os custos energéticos suportados pela indústria são demasiado elevados. Dos mais altos da Europa. A sua descida para gerar ganhos competitivos é outra das prioridades. A Fipa quer uma descida de 25% na factura energética.

#### 3 INVESTIMENTO NA FERROVIA

A falta de investimentos em infra-estruturas ferroviárias, principalmente no Norte, é uma das queixas. A concentração das infra-estruturas logísticas na região de Lisboa é outro obstáculo, bem como os preços excessivos nos portos, reclama a Fipa.

#### 4 REGULAMENTAÇÃO

A indústria agro-alimentar enfrenta um excesso de regulamentação que tem aumentado os custos para o sector, considera a Fipa. "Menos regulamentação e melhor regulamentação" é o necessário, sintetiza o presidente da federação.

#### 5 CONCENTRAÇÃO NA PROMOÇÃO

A dispersão por várias entidades da promoção dos produtos da indústria agro-alimentar no exterior tem enfraquecido esses esforços, defende a Fipa, que quer esse papel concentrado numa única entidade, a Portugal Foods.